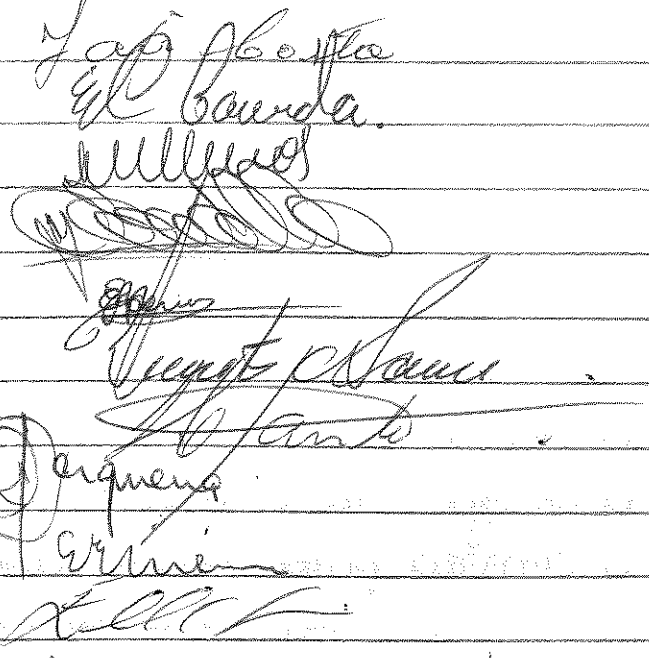


Ata da segunda reunião ordinária do décimo período de reuniões da Câmara Municipal de Lauras, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e oito. Aos seis dias do mês de outubro do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Louis Naroni - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Jair Costa - 2º Tesoureiro, Edson Dias de Abreu, João Batista de Rezende, Nilson Teodoro de Carvalho, Ermínio Mendes de Siqueira, Evandro Castanheira Loureda, Vicente Naime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Camilo Martins André e Sebastião Carlos Torres. Aberta a sessão a ata da reunião anterior foi lida e aprovada. O Presidente participou aos Vereadores que o veto ao Projeto de Lei dispondo sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde, derrubado por dezesseis votos contra um na Câmara, não fez com que o Prefeito promulgasse a matéria mantida e, segundo o Regimento Interno, quando aquilo acontecia o Presidente poderia, dentro de 48 horas, promulgá-la. Diz ele que a sua intenção era de promulgar, mas os

taria que o Plenário se manifestasse àquele respeito. O Vereador Edson Costa da Silva disse que a Câmara contratou um advogado, especializado em direito administrativo, para que emitisse parecer, que acabou sendo contra o veto. Disse que a assessoria jurídica do Prefeito iria recorrer da decisão da Câmara junto à justiça, e seria uma briga entre a Prefeitura e o advogado contratado pela Câmara para aquele caso, o que seria uma oportunidade para avaliar os seus serviços. O Presidente disse que o advogado José Orlando era especializado em direito administrativo e havia sido contratado para analisar e emitir parecer para o veto, bem como para o projeto de lei, do Executivo, que extinguia a contribuição do Município para o PASEP. Disse que promulgaria a matéria mantida e mandaria publicar em jornal. O Vereador Jair Costa disse que achava melhor que a Câmara consultasse primeiro um advogado sobre aquela decisão, porque qualquer problema que porventura ocorresse depois deixaria a Câmara numa situação ruim. O Vereador Edson Costa da Silva disse que achava pior que o Prefeito entrasse na justiça contra uma decisão que foi do povo, uma vez que aquele projeto nasceu da decisão da plenária. Disse que a Câmara estava calçada por um parecer jurídico de um advogado especializado em direito administrativo, que dava assistência jurídica a várias câmaras municipais e prefeituras. O Presidente decidiu então colocar em votação do Plenário se deveria promulgar a matéria mantida pela Câmara, o que foi aprovado à unanimidade. No próximo momento, foi posto em primeira discussão e votação o Projeto de Lei s/nº (Autoria do Vereador Paulo Antônio Nogueira) "Declara de Utilidade Pública a Casa Betesda de Transformação e Assistência".

Na discussão do projeto, o Vereador Ennio Mendes de Siqueira perguntou ao Vereador autor do projeto se era cobrada a mensalidade no valor de um salário mínimo de quem estava internado na Casa Betesda. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira respondeu-lhe que era uma contribuição voluntária, pagando mesmo quem pudesse. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que votaria a favor do projeto, mas ainda tinha dúvidas sobre o que foi dito. O projeto foi posto em votação e aprovado à unanimidade. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira agradeceu aos Vereadores pelo apoio para a aprovação do seu projeto. Depois, o Vereador Ennio Mendes de Siqueira pediu vista ao Projeto de Lei nº 035/98, de concessão de ajuda de custo às ex-diretoras das escolas que foram municipalizadas. Continuaram sustados, a pedido da Comissão de Legislação e Justiça, os projetos de leis nºs 023/98, 024/98, 028/98, 029/98, 033/98, 034/98 e 036/98. O Projeto de Lei nº 026/98 (autoria do Chefe do Executivo) "Extingue a contribuição do Município de Cairas para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público." continuou com o pedido de vista pelo Vereador Ennio Mendes de Siqueira. O Presidente disse que pretendia convidar para a reunião do dia 19, que seria a próxima, uma vez que a do dia 12 (feriado) foi antecipada para esta data (06), o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais para que fosse dada a oportunidade dos servidores se manifestarem a respeito daquela matéria. O Vereador Camilo Martins André disse que pelo o que os servidores comentaram, o Presidente do Sindicato não iria "brigar" com

o Prefeito. O Presidente disse que pelo parecer do advoga-
do aquela matéria não poderia ser apreciada pela Câma-
ra Municipal, uma vez era de responsabilidade do gover-
no Federal. O Vereador Edson Neves de Abreu, digo, Edson
Costa da Silva disse a Sra. Maria Ângela, assessor contábil
da Câmara, estere participando de um curso em Belo Horizon-
te, onde foi levantado aquele assunto e concluíram que se-
ria "loucura" entrar com um projeto daqueles, que era de
âmbito federal. O Vereador Camilo Martins André questionou
se a prefeitura iria garantir pagamento igual ao efetuado
pelo banco e quem garantiria que o depósito seria feito mês
a mês. O Presidente disse que deveriam pensar na perda
para os servidores e não no que alegava a assessoria ju-
rídica, que afirmava que com aquela medida o Mu-
nicípio economizaria aproximadamente oitenta mil
reais por mês. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda
disse que se fosse da maneira como foi explicado pelo
assessor jurídico, realmente seria uma grande econo-
mia para o Município. O Vereador Edson Costa da Sil-
va disse que a questão era que estavam colocando a-
penas o décimo-quarto salário para aquele servidor que
recebia até dois salários mínimos, enquanto do PASEP era
descontado o percentual que era contado na aposentadoria
para os demais e que todos os funcionários públicos re-
cebiam do PASEP um percentual, no aniversário ou quan-
do aposentasse ou rescindisse o contrato, mais ou menos se-
melhante ao FGTS. Alertou sobre o risco: das prefeituras
que entraram com aquela medida eram administra-
ção, digo, administradas pelo PT e todas estavam com
problemas no relacionamento com o governo fede-
ral. Disse que aqueles recursos não iam só para o
FAT mas para uma série de outras coisas para o

trabalhador e era preciso que pensassem no todo. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira, a pedido do Presidente, fez a leitura do parecer do advogado e ao final, o Presidente disse que achava interessante que o Sindicato comparecesse à reunião para que os servidores vissem a preocupação da Câmara de proteger os direitos deles. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que pelo parecer que acabou de ser apresentado, ela já era contra a aprovação do projeto. Encerradas as discussões, o Presidente participou às ex-diretoras que assistiam à reunião que o projeto de interesse delas, o de nº 035/98 ficaria sob o pedido de vista do Vereador Ennio Nendes de Siqueira até a reunião do dia 19 próximo, devido ao feriado, mas poderiam ficar tranquilas porque com certeza a Câmara saberia apreciá-lo e aprová-lo e elas receberiam a ajuda de custo com efeito retroativo. Já na Quarta Parte, nos pronunciamentos dos Vereadores inscritos antecipadamente, o Vereador Ennio Nendes de Siqueira lamentou sobre um fato ocorrido com um menor que sofreu acidente e precisou passar por uma cirurgia e naquele dia venceu o prazo para que o gesso e os pontos fossem retirados mas o médico que fez a cirurgia queria cobrar pela consulta e família não tinha condições de arcar com as despesas. Disse que procurou o Dr. Rômulo, que o encaminhou para o Dr. Afonso, que o atendeu com boa vontade, mas não quis mexer porque qualquer problema que por acaso acontecesse recairia sobre ele, uma vez que o mesmo médico que fez a cirurgia quem deveria fazer aquele procedimento. O Vereador disse que aconselhou o menino a ficar com o gesso e chamar a TV para mostrar que por falta de setenta reais o mé-

dico não queria atendê-lo e que o pronto socorro alegava que só faria o atendimento com a autorização do médico responsável. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que estava em frente a uma padaria quando, por acaso, ouviu quando dois cidadãos conversavam sobre a situação da cidade, e eles não sabiam que ele era um vereador, e um deles comentou que ainda bem que tinham uma Câmara Municipal de bom nível, acessível a todos e que representava bem o povo. Disse que ficou até surpreso com aquele fato. O Vereador Edson Alves de Abreu, aproveitando os comentários do Vereador Paulo Antônio Cerqueira, disse que estêve na Prefeitura e ficou surpreso com o número de pessoas que o procuraram para comentar sobre as cestas básicas, que não estavam mais sendo distribuídas para os servidores e pediram-lhe apoio. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que discordava do que disse o Prefeito sobre as cestas básicas, que as comedia mas não era obrigado a fazer aquela distribuição. Disse que se o Sindicato dos Servidores Públicos fosse realmente atuante, obrigaria o Prefeito a atender aos servidores, porque ele não vinha gastando bem o dinheiro do Município. O Presidente disse que a concessão das cestas foi uma medida para complementar os salários dos servidores públicos municipais, com a autorização da Câmara. Disse que durante onze ou doze meses as cestas foram distribuídas sem qualquer problema e o que aconteceu não foi por culpa dos médicos ou dentistas que também as recebiam, mas pelo mal gerenciamento do dinheiro do Município. O Vereador Ermio Mendes de Siqueira disse que o único jeito de fazer

insurgir ou estimular uma greve na prefeitura, porque todos os servidores, sem distinção, tinham direito aquela ajuda. O Presidente disse que cabia à Câmara elaborar e aprovar o projeto de lei; ao Prefeito executar a lei; e ao Judiciário obrigar o cumprimento da lei. Achava que o Prefeito deveria ter consciência nas ações com os servidores. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, líder do Prefeito na Câmara, deixou claro que a lei não obrigava o prefeito a conceder as cestas, mas o autorizava. Concordou que a Câmara poderia pressioná-lo para que tomasse alguma providência. O Presidente voltou a dizer que esta cesta era uma complementação salarial e o prefeito deveria cumprir a lei e respeitar o direito que era de todos os servidores. O Vereador Ernnio Nunes de Siqueira perguntou se aquele não era um direito adquirido pelos servidores, uma vez que há um ano e dois meses que as cestas vinham sendo distribuídas para os servidores. O Vereador Casimiro da Silva disse que não se tratava de uma obrigação do prefeito, mas de uma prerrogativa e se ele achasse que devia e tinha condições de fazer a concessão. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que achava que o Prefeito ficou consciente da situação e tomaria providências. O Vereador Paulo Antônio Nogueira disse que achava que estaria envolvido também o lado moral, porque se a cesta básica era uma complementação salarial, extinguí-la seria reduzir os salários. O Vereador Evandro Costa Monteiro Macedo disse que alguns pontos deveriam ser revistos porque achava que a cesta deveria ser concedida para quem realmente precisasse de

queria que fosse constituída uma comissão especial da Câmara para ver caso a caso na prefeitura. O Presidente disse que em vez de reduzir o quadro de funcionários, a prefeitura estava contratando mais funcionários, sendo que alguns nem lá compareciam. Voltou a dizer que o dinheiro estava sendo mal gerenciado e os servidores prejudicados. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o Prefeito estava invertendo a ordem do que deveria ser feito para conter despesas e a primeira coisa que fez foi reduzir e suspender as cestas básicas para os servidores, em vez de reduzir o quadro de funcionários. O Presidente disse que os servidores até concordaram que os itens das cestas fossem reduzidos, em vez de corta-las, mas questionaram o motivo do Prefeito não mandar funcionários embora. O Vereador Camilo Martins André disse que conversou com alguns servidores e soube que o Presidente do Sindicato afirmou que não brigaria com o Prefeito por eles, porque perderiam, diga, perderia o cargo comissionado. Disse que caberia a convocação de uma assembléia para destituí-lo do poder. O Vereador Cassimiro da Silva disse que havia já sugerido ao Presidente que convidasse os servidores, que era a parte mais interessada naquelas duas questões: a da extinção da contribuição do PASE e a da concessão das cestas básicas, porque achava que a Câmara deveria votar em cima do que eles decidissem. O Vereador Camilo Martins André pediu aparte e disse que o Sindicato deveria publicar um memorando esclarecendo para os servidores o que estava de fato acontecendo e achava que se apenas o Presidente do Sindicato fosse convidado pela Câmara dizia que a sua decisão era a dos servidores, e aca

dente do Sindicato e o funcionário "Zé Perdeu" vinham tentando prejudicar a sua imagem na sua região. e que no Bairro São Vicente arrumaram as ruas onde seus familiares moravam. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que o Vereador estava coberto de razão e que os Vereadores tinham de se unir para evitar que aquilo continuasse acontecendo, porque enquanto eles colocavam os seus nomes, como Vereadores, em julgamento, alguns funcionários da Prefeitura usavam a máquina administrativa para prejudicá-los, de maneira desonesta. Disse que definitivamente, como líder do Prefeito, não aceitava aquilo, e achava que era hora de se tomar uma posição. O Presidente disse que todos os dois eram servidores municipais, recebiam pelo cargo comissionado, acima dos salários de vidores, e faziam média através da máquina do Executivo, não defendendo, inclusive, os interesses e direitos dos demais servidores. Estavam fazendo política em favor deles próprios. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que a Câmara deveria tomar uma atitude, como defendia o Vereador Camilo Martins André, antes que aquela situação se estendesse para os demais bairros. O Vereador Camilo Martins André disse nenhum dos seus pedidos foi atendido. O Presidente disse que marcaria uma reunião com o Prefeito para depois do feriado, quando também seriam convidados aqueles dois funcionários, para que ficassem frente a frente. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que para as obras da avenida do contorno somente o funcionário Zé Perdeu quem admitia pessoal e era só gente daquela região. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que todos os servidores

cate comparecesse na reunião da Câmara. O Vereador Edson Costa da Silva disse que deviam convocar os dois funcionários e convidar os demais, para que pudessem tomar alguma providência. O Presidente disse que ou a Câmara não concordava com o que estava sendo feito ou deixava tudo em aberto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira sugeriu que nenhum projeto de lei de iniciativa do Prefeito fosse votado enquanto a administração não tomasse alguma atitude com relação aqueles dois funcionários, que faziam campanha política às custas da prefeitura. Alertou que haveria mais gente na prefeitura fazendo aquilo. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que não era justo que funcionários da prefeitura fizessem campanha política num bairro, prejudicando Vereadores e sugeriu que aqueles funcionários deviam ser afastados de suas funções. Disse que o prefeito saiu satisfeito com os trabalhos da Câmara e acreditava que ele tomaria providências. O Vereador Edson Costa da Silva disse que estava já em prática uma campanha para as próximas eleições, a do vice-prefeito, que estava se armando, formando grupos e se os Vereadores ficassem batendo palmas, achando bonito, dali a dois anos pagariam caro. Disse que a Câmara devia colocar a sua posição de maneira clara e objetiva, porque não existia governo municipal e que o prefeito era, quando muito, um secretário de assuntos externos. Disse que era hora de ficarem atentos e fazerem uma política correta. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que na sua opinião o prefeito optaria pelo apoio da Câmara e não por aqueles funcionários, gastando mal

já falado com o prefeito que a Câmara lhe daria total apoio para demitir funcionários e pararia se preciso fosse. Disse que se o prefeito não fizesse nada, poderiam fazer o que fosse preciso. O Vereador Edson Alves de Abreu disse que havia deixado claro para o prefeito que funcionários quem estava afundando a Prefeitura. O Vereador Cassimiro da Silva disse que o funcionário que mais lesava a administração chamava-se Marcos Rosato e disse que naquele dia foram levar um padrão de água num determinado lugar e lá estava anunciando que ele quem o conseguiu, atropelando a todos. Concordou que a Câmara deveria se unir para não permitir que aquilo continuasse acontecendo e que se a administração quisesse o apoio da Câmara, deveria tirá-lo de lá e colocá-lo na posição que deveria estar; fora da administração, para que não pegasse condições conseguidas pelo prefeito e jogasse contra os Vereadores. O Vereador João Batista de Rezende disse sobre que o vice-prefeito Ozimar para o Sr. Antunes, da SULMAQ, que dali em diante resolveria tudo, mas enquanto a questão estivesse nas mãos do prefeito, não faria nada. O Vereador Sebastião Carlos Neves disse que achava que a vontade da Câmara era a de tomar uma posição definitiva e seria bom se todos comungassem do mesmo pensamento e agissem da mesma forma. Disse que enquanto o pacote econômico do governo Federal previa contenção de gastos, em Ibaiti se gastava mais do que se podia gastar com o empreguismo a toda prova e a Câmara, além dos honorários que eram lesados também saía prejudicada. Perguntou por

que poderiam se reunir com o Prefeito e exigir aquilo e se ele cumprisse, continuaria o seu trabalho. Caso contrário, agiriam. Disse que, passadas as eleições, poderiam se rejeitar as despesas e cassá-lo e seria o primeiro a aderir ao movimento. O Presidente disse que provavelmente o Vice-prefeito já sentiu que na Câmara não terá apoio e procuraria descobrir novas lideranças, para combater todos os Vereadores. O Vereador Camilo Martins André disse que uma das principais pessoas que prejudicaram-no no Bairro era o vice-prefeito. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que gostaria de ouvir todos os Vereadores com respeito ao seu manifesto, quando sugeriu corte nos gastos da prefeitura e fim do empreguismo. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que na época da compra da usina de asfalto, quem trouxe o pessoal foi o vice-prefeito Antônio Marcos Possato, para pressionar a Câmara. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que estava de pleno acordo com o Vereador Sebastião Carlos Torres e não acreditava que se continuassem parados iria mudar alguma coisa. Lembrava que deviam pressionar o Executivo. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que a Rádio Cultura estava de portas abertas para os Vereadores que quisessem usá-la. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que estava de acordo com o que foi proposto pelo Vereador desde que o fosse decidido, fosse cumprido. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que a Câmara deveria ser unânime na proposta. O Vereador, digo, o Presidente disse que seria feito um relatório baseado nesta reunião para que fosse apreciado pelo Plenário e se fosse preciso, a Câmara pararia. O Vereador Evandro Carta

tião Carlos Torres e disse que toda a Câmara poderia se reunir para avaliar todos os documentos de toda a Prefeitura, para depois tomarem as devidas providências. O Vereador Camilo Martins André concordou que se fizesse um levantamento dos nomes de quem era funcionário da prefeitura, mas não trabalhava, e a Câmara exigisse as devidas providências do prefeito, mas assumindo com ele a responsabilidade. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que seria melhor que aquela questão fosse decidida quando todos os Vereadores estivessem presentes e sugeriu ao Presidente que marcasse uma reunião e convocasse o Secretário de Saúde. O Presidente propôs que formasse uma comissão Especial para que junto com o Secretário Municipal de Saúde e um representante do Conselho Municipal de Saúde verificassem o que vinha sendo feito pela Saúde em Ibaiara. Nomeou, então, os Vereadores Edson Costa da Silva, Ermio Mendes de Siqueira, Camilo Martins André, Paulo Antônio Cerqueira, Sebastião dos Santos Vieira. Pediu que a comissão agisse logo. O Vereador Edson Costa da Silva disse que a Câmara não podia cometer o mesmo erro do Executivo, porque o foro competente para a discussão sobre a Saúde era o Conselho Municipal de Saúde e não podiam tomar qualquer atitude sem estar ao lado do Conselho. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira comentou que o Secretário Municipal de Saúde disse que não adiantavam reuniões, pois o problema estava preso ao dinheiro. O Presidente disse que a própria comissão veria se o problema estava mesmo ligado ao dinheiro. O Vereador Evandro Cortanheira Macedo disse que não concordava, digo, que o Prefeito colocou que estava disposto a ver tudo

fazer reunião para tentarem chegar a um consenso. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que acatava a decisão da Vereadora, digo, que acatava a sugestão do Vereador Sebastião Carlos Torres, mas deveria ter uma decisão da Câmara. O Vereador Edson Costa da Silva disse que na reunião com o Prefeito, no dia anterior, havia colocado que a arrecadação do Município em 1998 era muito superior à de 1996, mas o Prefeito discordou. Disse que teve o trabalho de pegar a arrecadação e viu que até agosto a arrecadação era de R$11.178,459,21, retirando convênios e outras arrecadações, e em 1996, no mesmo período, a arrecadação foi de R$8.033.000,00, ou seja, em 1998 era a arrecadação 40% superior à de 1998. Ressaltou que não houve inflação e considerando que naquele período, se comparassem o que foi feito em 1996 e em 1998, veriam que o dinheiro tinha sido embora. Disse que era balela falar que não havia arrecadação suficiente no Município, porque era muito dinheiro e não justificava que a Prefeitura ficasse em débito, que atrasasse os pagamentos e cortasse as cestas básicas. Disse que nunca viu uma pessoa em loucuras, com exceção do Prefeito, ter tanto poder como o Vice-Prefeito Marcos Rossato, que era o dono de uma Super Secretaria e Gestor do Fundo de Assistência Social da Prefeitura. Disse que ele distribuía jogos de camisetas, bolas de futebol e cestas básicas à vontade, tudo com o dinheiro público. Disse que ele tinha um super poder na cidade e era o verdadeiro Prefeito e perguntou o que os Vereadores estavam fazendo. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que achava que era já a hora da Câmara tomar uma posição, mas que não fizessem demagogia. Deviam colocar em primeiro plano a cidade e depois,

que não tinham qualquer compromisso com o povo e jogava-o contra os Vereadores. Afirmou que o Prefeito tinha intenção de cortar despesas na prefeitura e que seria ajuda. Disse que o prefeito era uma pessoa boa e tinha condições para se organizar e se recebesse o apoio da Câmara poderia segurar ambos os lados. Depois disse que não se importava de mostrar a sua pretensão porque era candidato a Vereador e não admitia que pessoas que não estavam em julgamento pudessem ter mais vantagens que eles. O Presidente disse que na prefeitura havia um esquema tão forte contra o Prefeito, que ele estava sem ação. e que talvez ele tivesse a intenção de agir, mas estava sem espaço. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que deviam dar início ao processo e que deviam fazer uma reunião antes e depois outra com o prefeito, fechada, quando levariam para ele aqueles problemas. O Vereador Edson Costa da Silva disse que ao falar na rádio e publicar matérias em jornal estava criando um fato político, uma situação para que as pessoas tivessem conhecimento do que estava acontecendo. Disse que a linguagem da fala não teria nenhum resultado e que deviam mudar a linguagem para ações concretas. O Vereador Cassimiro da Silva disse que desde o início do mandato vinha pregando que deviam valorizar os trabalhos da Câmara Municipal de Ibairas, porque eram poderes diferentes e agora, mais do que nunca, tinha convicção daquilo que dizia. Disse que eram poderes distintos e às vezes superavam o Executivo, pela responsabilidade, porque o dia a dia era junto com aquela comunidade sofrida, que estava buscando solução para os seus problemas, solução que a administração não estava dando.

achava que reeleger ou eleger alguém, dali para frente, para representar o Executivo, haveria uma barreira forte, o Vice-prefeito Marcos Rossato, que estava usando todas as armas e não era honesto, justo e leal, além de não ter autoridade para fazer o que tinha a fazer, usando, inclusive, de má-fé de coisas que eram conseguidas para todos os bairros e dizendo que ele quem as conseguiu. Disse que deviam levantar uma bandeira contra aquele indivíduo e se o prefeito quisesse, teria o apoio da Câmara. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que a Câmara era o sustentáculo que o prefeito precisava. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que as despesas da Prefeitura tinham de ser diminuídas, com a dispensa daqueles funcionários que não trabalharam; com o corte das despesas com os secretários; viagens, diárias; verbas da ação social gastas apenas com prioridades, como a compra de cestas básicas e pagamento de exames e consultas. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que viu na mesa do Vice-prefeito Marcos Rossato quatro ou cinco exames caros, para luminárias, às custas da Prefeitura Municipal de Ipanema e a troco de votos para o candidato a governador, Eduardo Azeredo. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que sem o objetivo de fazer politicagem, preparou o relatório que apresentou na reunião do dia anterior e que achava a idéia boa de uma reunião com o prefeito e quando pensou em trazer aquelas pessoas da comunidade à Câmara, foi em nome do Legislativo, porque as pessoas lá fora estão pensando que a Câmara era omissa e se o prefeito visse a casa cheia pensaria em agir logo. Achava que deviam fazer alguma coisa, porque parecia que o prefeito estava desmotivado para trabalhar. Deviam pressioná-lo, fazendo um relatório e cobrando providências. Su-

gerin que o Presidente marcasse a reunião para a qual convidaria o Presidente do Sindicato dos Servidores e também os servidores. O Presidente marcou para a reunião do próximo dia dezenove, com o que todos concordaram. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira pediu que o relatório que seria preparado pela Câmara fosse amplamente divulgado pela imprensa. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que a Rádio Cultura estava à disposição da Câmara, sem custo. O Presidente disse que a Câmara convidaria o Presidente do Sindicato e os servidores para a discussão sobre as bases básicas e a contribuição do PASEP. O Vereador Ênnio Mendes de Siqueira disse que a cidade inteira estava revoltada com a administração do atual prefeito e o maior culpado de tudo se chamava Marcos Possato. O Presidente deixou claro que a intenção da Câmara era procurar contribuir com o Executivo, sem qualquer pretensão política, para a organização do Município. O Vereador Cassimiro da Silva disse que era hora de se unirem para administrar a cidade, deixando a política para a época apropriada. O Vereador Edson Costa da Silva disse que em última instância o vice-prefeito Marcos Possato tinha o poder delegado pelo Prefeito, que era o culpado e deveria tomar posse para assumir o poder. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competentes: (a) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo operação tapa-buraco na rua Rosalino José da Silva, no Bairro Jardim Glória; pedindo correção do meio-fio da rua Antônio Augusto Faria, próximo ao nº 209, no Bairro Laurinhas; (b) do Vereador Paulo Antônio Cerqueira: pedindo a relação dos cinquenta maiores contribuintes de impostos do Município e informação de quando começará a contribui-

ção pela COHAB; ⓒ do Vereador Luis Carlos dos Santos: pedindo a colocação de escamba para coleta de lixo na rua Antonia Nesquita, diga, na rua Vicente Camestri, próximo ao nº 334; pedindo vistoria vistoria num terreno do Bairro Vista Alegre; pedindo a colocação de uma placa indicativa com os dizeres "via Jardim Glória" nos ônibus que servem àquele bairro. ⓓ do Vereador Hélio Mateus da Silva: reiterando pedido de pintura nos redutores de velocidade; reiterando pedido de correção do calçamento de paralelepípedos da rua Maria Barra Nanza, nº 20, no Bairro Pitangui; reiterando pedido de apreensão de animais no Bairro Pitangui (subscrito pelo Vereador Vicente Naime); reiterando pedido para que voltem a ser concedidas cestas básicas para os servidores públicos municipais (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a capina da rua Iza Mendes; pedindo a restauração da Praça Fuca da Serra, no Bairro Pitangui; pedindo operação tapa-buraco em todas as ruas do Bairro Jardim Eldorado (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); enviando cumprimentos aos proprietários do restaurante Calla; ⓔ do Vereador Eduardo Luis Marani: pedindo a pavimentação asfáltica da rua José Joaquim do Carmo; ⓕ do Vereador Ênnio Mendes de Siqueira: pedindo que o plantio de árvores nas ruas da cidade seja feito somente com a autorização dos proprietários dos imóveis; lamentando pela demora para a liberação de materiais de construção para a reforma de uma casa no Bairro Nossa Senhora Lourdes, apesar da boa vontade da direção da Defesa Civil; pedindo informações concretas sobre a possível transferência da E. M. "Padre Nelson", na Zona Norte, para o Bairro Vale do Sol (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a construção de abrigos nos pontos de ônibus de transporte coletivo na cidade (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo o pagamento dos servidores públicos municipais.

até o quinto dia útil de cada mês (subscrito pelos Vereadores Paulo Antônio Cerqueira e Hélio Mateus da Silva); lamentando sobre um ato abusivo no que se referia à proibição de estacionamento de veículos em determinado trecho da Av. Raimunda Marques; enviando cumprimentos à médica-veterinária Dra. Maria Cristina (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a realização de uma campanha nas escolas municipais para que os alunos que recebiam o leite de soja o tomasse na própria escola (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo informações sobre o estado das ambulâncias do Município e qual o destino delas (subscrito pelo Vereador Paulo Antônio Cerqueira); pedindo a realização de uma reforma no prédio e no terreno da E. E. "Dona Matarazzo"; pedindo cópia do projeto de lei em tramitação pela Câmara M. Belo Horizonte que proíbe o self-service nos postos de combustíveis; enviando cumprimentos à equipe de esportes da Rádio Cultura de Caxias pela volta do comentarista Paula Neto. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus foi encerrada a reunião.